

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 19 a 23 de agosto, em Brasília.

DESONERAÇÃO DA FOLHA NO SENADO, TENSÃO EM TORNO DAS EMENDAS IMPOSITIVAS, NOVO PRESIDENTE NO STJ & PAUTA TRABALHISTA NO STF

Após semana de esforço concentrado nas duas Casas do Congresso, apenas o Senado terá sessões nos próximos dias. Enquanto a Câmara não terá nenhuma sessão, o Senado Federal tentará votar mais uma vez medidas para compensar a desoneração da folha (PL 1847/2024). Na semana passada, os senadores decidiram adiar a votação do projeto por falta de acordo, após o governo propor, dentre outros pontos, aumentar o percentual de imposto sobre juros sobre capital próprio (JCP). Uma nova tentativa de deliberação foi agendada para esta terça (20).

Nesta segunda (19), o presidente Lula se reuniu com líderes partidários para discutir a desoneração e as emendas orçamentárias. O governo busca resolver o impasse com o Legislativo em relação às emendas impositivas – *aquelas que precisam, obrigatoriamente, ser pagas pelo governo federal*. O imbróglio se aprofundou na última sexta-feira (16), quando os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) referendaram a decisão de Flávio Dino de suspender o pagamento das emendas impositivas até que a Câmara e o Senado criem novas regras para garantir a fiscalização e transparência dos recursos. A medida retém as emendas de bancada estadual, as individuais e as chamadas emendas Pix, que são transferidas diretamente para as prefeituras e governos estaduais.

A decisão aumentou a tensão entre Legislativo e Judiciário. O presidente do STF, Luís Roberto Barroso, negou o pedido da Câmara, Senado e partidos para que a suspensão fosse revista. Como reação, Lira decidiu não apreciar os projetos prioritários para o governo – *visto como principal fomentador das decisões do Supremo* –, como foi o caso do segundo projeto de regulamentação da Reforma Tributária que trata do Comitê Gestor do IBS: após a Casa aprovar o texto-base, Lira adiou indefinidamente a deliberação dos destaques para votação em separado de trechos do projeto. Além disso, em resposta direta ao Judiciário, o presidente da Câmara desenterrou a PEC que trata de limitação a decisões monocráticas de ministros do STF (PEC 8/2021), aprovada pelo Senado no ano passado.

Ainda em relação ao Judiciário, STJ terá novo presidente e STF enfrenta pauta trabalhista. Nesta quinta (22) os ministros Herman Benjamin e Luís Felipe Salomão tomam posse como presidente e vice do STJ para o biênio 2024-2026. Já no STF, haverá sessões de julgamento na quarta (21) e quinta-feira (22), dentre outros temas, sobre a validade do contrato de trabalho intermitente e o Decreto Presidencial 2.100/96, responsável por retirar o Brasil da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que proíbe a demissão sem justa causa – *no ano passado, em outro julgamento sobre o mesmo assunto, o STF validou a retirada do Brasil dessa Convenção da OIT*.

Destaque da Semana

Segunda

- Alinhamento entre chefes do executivo e líderes de governo sobre as **emendas impositivas** após suspensão do STF.

Terça

- Realização do **“Workshop Integridade em Foco: Unindo Setores Públicos e Privados”** com foco no desenvolvimento e na implementação de medidas que incentivem a adoção de práticas de integridade, a prevenção e combate à corrupção, e a promoção da transparência e ética. O evento faz parte do ACT que visa apoiar e promover os eixos do **Programa Nacional de Promoção da Integridade Privada**,

com ênfase no fomento do Programa Empresa Pró-Ética e do Pacto Brasil pela Integridade Empresarial.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do presidente – Luiz Inácio Lula da Silva se encontrou neste final de semana com representantes do Movimento Sem Terra (MST) na Granja do Torto para tratar sobre acesso a crédito, regularização da situação de acampamentos e estruturação das cadeias produtivas. Ainda neste final de semana, participou da inauguração do Complexo Viário da Scharlau (BR-116/RS) e um trecho de duplicação da BR-290, em São Leopoldo (RS).

Já nesta segunda (19), participou de reunião de alinhamento semanal com ministros e líderes de governo para tratar sobre as emendas impositivas após suspensão do STF. Na sequência se encontrou com o Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, Marcos Rogério de Souza. Ainda na tarde desta segunda, se reuniu com a Ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara e com a Presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), Joenia Wapichana. No fim do dia se reuniu com a Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva.

Vice-Presidência da República

Agenda do vice-presidente – Geraldo Alckmin se reuniu nesta segunda (19) com o presidente Lula e líderes de governo para tratar sobre as emendas impositivas após recente suspensão do STF. Na sequência se encontrou com a vice-presidente de Sustentabilidade, Jurídico, Reputação e Comunicação da Natura, Ana Costa. Durante a tarde se encontrou com a presidente da Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Autocuidado em Saúde (ACESSA), Leonora Coimbra, seguido do encontro com o presidente da Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos (ANIP), Klaus Curt Muller. No final do dia, se encontrou com o presidente-executivo da Interfarma, Renato Porto.

Casa Civil

Agenda do ministro – Rui Costa participou, neste final de semana da entrega do Complexo Viário da Scharlau, no entroncamento da BR-116 com a RS-240, além da entrega de 253 unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida no estado do Rio Grande do Sul. Na ocasião o ministro participou da assinatura de contratos para compra de 129 casas oriundas do Programa Casa Assistida, da Caixa.

CGU Controladoria-Geral da União

Agenda do ministro – Vinícius Marques de Carvalho participa nesta terça (20) do Workshop Integridade em Foco, Unindo Setores Público e Privado. Na sequência participa de reunião da Comissão de Coordenação e Controle Interno (CCCI). Já na quinta (22) irá participar da Cerimônia de Posse dos Ministros Antônio Herman de Vasconcellos e Benjamin e Luis Felipe Salomão, nos cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente do Superior Tribunal de Justiça.

Além disso, a CGU por meio da Secretaria Federal de Controle Interno (SFC), promoverá, no dia 21 de agosto, às 15h, a 14ª edição do Canal UAIG – Diálogo com Auditorias Internas.

SERS

Agenda do ministro – Paulo Pimenta participou neste final de semana da entrega de 173 habitações no condomínio Morada da Fé em Porto Alegre de

Secretaria Extraordinária para
Apoio à Reconstrução do Rio
Grande do Sul

outras 80 unidades habitacionais em Dois Irmãos. As entregas fazem parte das ações que redundaram na assinatura de quatro Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) entre o Ministério das Cidades, Caixa Econômica, Ministério Público, entidades organizadoras e prefeituras para a conclusão das obras e entregas, totalizando 1.290 unidades habitacionais até o final do ano.

MCTI

Ministério da Ciência,
Tecnologia e Inovações

Agenda da ministra – **Luciana Santos** participou neste final de semana junto ao Ministro das Comunicações Juscelino Filho, da entrega de 500 computadores para laboratórios de informática em Recife. Além disso participou da blitz da telefonia móvel no Marco Zero, monitorando o sinal 4g e 5g das principais operadoras em 21 pontos da região metropolitana.

Agenda da presidência – **Marco Antonio Chamon**, participou no final de semana do Webnário “Espaço em Pauta: Diálogos” onde discorreu sobre o Programa Espacial Brasileiro.

MCom

Ministério das Comunicações

Agenda do ministro – **Juscelino Filho** participou neste final de semana junto a Ministra da Ciência e Tecnologia, Luciana Santos, da entrega de 500 computadores para laboratórios de informática em Recife. Além disso participou da blitz da telefonia móvel no Marco Zero, monitorando o sinal 4g e 5g das principais operadoras em 21 pontos da região metropolitana. No domingo esteve em Roraima para conclusão da primeira fase da implementação de infovias no estado e para conclusão da segunda fase de implementação de fibra óptica. Na mesma tarde, fez o anúncio de instalação de fibra óptica via terrestre às margens da BR-174.

MF

Ministério da Fazenda

Agenda do ministro– **Fernando Haddad** participou, nesta segunda (19), de reunião de ministros com o presidente Lula.

BACEN
Banco Central do Brasil

Agenda do presidente – **Roberto Campos Neto** reuniu-se, nesta segunda (19), com Luiz Fernando Figueiredo, presidente do Conselho de Administração da Jive Investments e sócio-fundador da Mauá Capital, e Ian Mackee e Marcelo Doria, sócios fundadores da Carrot.

Mais tarde, reuniu-se com Márcio Novaes, diretor nacional corporativo da Rede Record e presidente da Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abratel), e Marcus Vinicius Vieira, CEO do Grupo Record.

Agenda dos diretores – O diretor de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos, Paulo Picchetti, participou, nesta segunda (19), de reunião com Edwin Gutierrez, head of Emerging Market Sovereign Debt; Viktor Szabo, portfolio manager, e Kieran Curtis, investment manager EM Debt, da Aberdeen, em São Paulo, para tratar de conjuntura internacional.

O diretor de Política Monetária, Gabriel Galípolo, participou, como palestrante, do evento Conexão Empresarial, promovido pela VB Comunicação. O diretor de Fiscalização, Ailton de Aquino Santos, participou, por videoconferência, da 38ª Sessão do Comitê de Decisão de Processo Administrativo Sancionador (Copas).

Já o diretor de Política Econômica, Diogo Guillen, participou de três reuniões: com Paulo Coutinho, economista-chefe, e Bruno Coutinho, CEO e CIO, da Mar Asset Management, com Beny Parnes, Gabriel Hartung, Kym Ardison e Eduardo Zilberman, economistas da SPX Capital, e com representantes do setor produtivo não financeiro.

Otávio Damaso, diretor de Regulação, reuniu-se por videoconferência, com representantes do Vector – Relações Governamentais e Institucionais e Chiliz. Mais tarde, reuniu-se com representantes da Associação Brasileira de Internet (Abranet). Em seguida, encontrou-se com Eduardo Machado, co-founder & CEO da Green Balance; Paulo Dantas, CFO, e Nelson Ramos, COO, da Green Balance.

Balança Comercial – Para o saldo da balança comercial, a projeção em 2024 permaneceu em US\$ 82,44 bilhões de resultado positivo.

Boletim Focus – Para o IPCA, a expectativa do mercado para o ano aumentou para 4,22%. No caso do PIB 2024, os economistas do mercado financeiro aumentaram a estimativa de crescimento para 2,23%. Ainda, o mercado financeiro manteve a expectativa para a taxa básica de juros da economia, a Selic, em 10,50% pela nona semana seguida. Por fim, a projeção para a taxa de câmbio do dólar em 2024 aumentou para R\$ 5,31.

SERPRO
Serviço Federal de
Processamento de Dados

Agenda do diretor-presidente – **Alexandre Amorim** participou, nesta segunda (12) da 33ª Reunião Ordinária da Diretoria Executiva do Serpro.

MTE
Ministério do Trabalho e
Emprego

Agenda do ministro – **Luiz Marinho** participou, no último fim de semana, de uma visita à Sala de Situação do Concurso Nacional Unificado (CNU), realizada em Brasília (DF), acompanhado pelo presidente Lula (PT).

Poder Legislativo

Congresso Nacional

O **Plenário do Congresso Nacional** ainda não divulgou a pauta deliberativa da semana.

Câmara dos Deputados

O **Plenário da Câmara dos Deputados** ainda não divulgou a pauta deliberativa da semana.

Senado Federal

O **Plenário do Senado Federal** poderá apreciar, dentre outros, o **[PL 1847/2024](#)** (*regime de transição para a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia*); e o **[PDL 206/2024](#)** (*anulação de parte do decreto de armas*).

Comissões

**ECONOMIA E
TRIBUTAÇÃO**

Senado | CAE | Terça (20) e Quarta (21) | 14h00

Reforma Tributária

Audiência Pública – A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal realiza nesta terça (20) e quarta (21) debate sobre a **não cumulatividade plena da CBS e do IBS** (art. 156-A da CF/88) e **as indevidas restrições veiculadas pelo PLP 68/2024** (art. 28, § 2º, I e art. 30, exemplificativamente), e o **mecanismo do splitpayment** ("pagamento dividido").

Política

Lula expõe insatisfação com agências reguladoras a ministros. Na reunião ministerial, realizada em 8 de agosto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) externou ao 1º escalão do governo uma insatisfação com as agências reguladoras. Segundo apurou o Poder360, o petista disse que as entidades foram capturadas por interesses empresariais durante a administração de Jair Bolsonaro (PL). O atual chefe do Executivo reclamou que as diretorias foram loteadas e entregues a representantes dos players dos seus respectivos setores. Afirmou que as entidades atualmente têm atendido aos interesses apenas de grandes empresários em vez de cumprir o papel de proteger os consumidores. [Fonte:](#) Poder 360

Lula aponta o perfil do próximo presidente do Banco Central, mas evita antecipar indicação. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pretende conversar com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSB-MG) e o presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Casa, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), antes de indicar o nome daquele vai suceder Roberto Campos Neto à frente do Banco Central (BC). Segundo Lula, a ideia é negociar com as lideranças para que o nome do próximo presidente do BC, assim como de outros diretores a serem nomeados, sejam "votados logo, para que não fiquem sofrendo desgaste e especulação política durante meses e meses". A declaração aconteceu durante entrevista à Rádio Gaúcha, na sexta-feira 16. [Fonte:](#) Carta Capital

Economia

Ação contra emendas impositivas quer devolver orçamento ao Executivo. A Ação Direta de Inconstitucionalidade do PSOL que levou à suspensão das emendas parlamentares impositivas tem o objetivo de devolver ao Executivo o controle sobre a execução do orçamento público, explicou à Agência Brasil um dos autores da ação, o doutor em Direito Rafael Valim. O especialista afirmou que as emendas impositivas, criadas a partir de 2015 durante a presidência de Eduardo Cunha na Câmara dos Deputados, violam o núcleo da Constituição, o Artigo 60, parágrafo 4º, que é cláusula pétrea, ao transferir parte da execução do Orçamento da União ao Congresso Nacional. "O Legislativo tem praticamente um terço das receitas livres que ele pode gastar de acordo com seus interesses, de acordo com o seu plano de governo. O Legislativo se apropriou dessa receita e ele define onde empregá-las", argumentou Rafael Valim, também diretor do Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa (IREE). [Fonte:](#) Agência Brasil

CAE volta a debater reforma tributária na quarta-feira. A pedido de seu presidente, senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realizará audiência pública na quarta-feira (21), às 14h, para discutir aspectos da regulamentação da reforma tributária (Emenda Constitucional 132 oriunda da [PEC 45/2019](#)) por meio do [PLP 68/2024](#). O foco do debate será a não cumulatividade plena da CBS e do IBS (Contribuição sobre Bens e Serviços e Imposto sobre Bens e Serviços, respectivamente); as restrições ao mecanismo de créditos desses dois tributos; e o funcionamento do sistema de split payment (pagamento automaticamente dividido entre o fornecedor e o Fisco). [Fonte:](#) Agência Senado

Câmara retoma no dia 26 votação do segundo projeto da reforma tributária. A partir do dia 26, a Câmara dos Deputados continuará a votação do projeto que regulamenta a gestão e fiscalização do Imposto sobre

Bens e Serviços (IBS). Nesse esforço concentrado, os deputados votarão os destaques apresentados pelos partidos propondo mudanças no texto do [Projeto de Lei Complementar \(PLP\) 108/24](#), do Poder Executivo. Na quarta-feira (13), o Plenário aprovou o texto-base do relator, deputado Mauro Benevides Filho (PDT-CE), no qual outros temas são tratados, como a regulamentação do imposto sobre doações e causa mortis (ITCMD). Nesse tema, uma das novidades em relação ao projeto original é a inclusão dos planos previdenciários PGBl e VGBL na incidência do imposto. [Fonte:](#) Agência Câmara

Mercado eleva projeção do IPCA de 2024 pela 5ª semana consecutiva para 4,22%, aponta Focus. A mediana das projeções dos economistas do mercado para a inflação oficial brasileira neste ano foi ajustada de 4,20% para 4,22%, quinta semana seguida de elevação na estimativa, segundo o Relatório Focus, do Banco Central (BC), divulgado na segunda-feira (19) com análises coletadas até o fim da semana passada. Para 2025, a mediana das expectativas para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi alterada de 3,97% para 3,91%. Para 2026, não houve ajuste e ficou em 3,60%. Para a taxa básica de juros (Selic), a mediana das estimativas foi mantida em 10,50% para o fim de 2024, elevada de 9,75% para 10,00% no fim de 2025 e ficou sem alteração para 2026, em 9,00%. A meta de inflação perseguida pelo BC é de 3,00% em 2024, 2025 e 2026, com margem de tolerância 1,5 ponto percentual (p.p.) para cima ou para baixo. [Fonte:](#) Agência Brasil

Ministérios ameaçam cortar serviços a aposentados, água e internet, sob pressão do Orçamento de 2025. A elaboração do Orçamento de 2025 provocou uma crise entre ministérios do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), com ameaças de paralisa de atividades e serviços públicos em função dos cortes planejados pela equipe econômica. Órgãos alegam que os recursos do Orçamento para o próximo ano, que será enviado ao Congresso no dia 30 de agosto, não são suficientes – o que pode prejudicar desde o atendimento da Previdência Social do País até provocar falta de água e internet em prédios da Presidência da República. O governo Lula tenta manter os investimentos com o mesmo valor de 2024 no próximo ano, priorizando obras em andamento e o Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC). Mas, para isso, decidiu cortar despesas administrativas de ministérios e autarquias, conforme documentos internos aos quais o Estadão teve acesso. Em resposta à reportagem, o Ministério do Planejamento e Orçamento afirmou que o projeto orçamentário está em processo de elaboração e não se manifestará antes do envio ao Congresso. [Fonte:](#) O Estado de S. Paulo

Judiciário

Confira a pauta da semana do STF. Na quarta (21), o Plenário do STF se reúne para julgar, dentre outras, a [ADI 5254](#), que questiona trechos de duas leis do Estado do Pará que dão autonomia administrativa e financeira aos ministérios públicos especiais que atuam nos tribunais de contas do estado e dos municípios; a [ADI 1625](#), sobre dispensa sem justa causa; as ADIs [5826](#), [5829](#) e [6154](#), que questionam os dispositivos da reforma trabalhista (Lei 13.467/2017) que criaram o contrato de trabalho intermitente; a [ADI 2135](#), que questiona contratação de servidores públicos via CLT; e a [ADI 7442](#), contra trechos da Lei de Falências e Recuperação Judicial (Lei 11.101/2005), que inclui as cooperativas médicas operadoras de planos de saúde no regime de recuperação judicial. [Fonte:](#) Foco – Relações Governamentais com informações de ASCOM STF

Último Foco

Protocolo de Compras Públicas do MERCOSUL entre Brasil e Uruguai em vigor desde 4 de agosto. O Protocolo de Compras Públicas do MERCOSUL entre Brasil e Uruguai está em vigor desde 4 de agosto, informou o Ministério de Economia e Finanças (MEF) do Uruguai, afirmando que os acordos de compras geram transparência e disciplina. De acordo com a Decisão 37/17 do Conselho do Mercado Comum (CMC), a entrada em vigor bilateral está prevista 30 dias após o depósito do segundo instrumento de ratificação. Nesse caso, a validade começa em 4 de agosto de 2024, considerando que o Brasil cumpriu recentemente

esse depósito. O Uruguai já havia feito isso em meados de 2022. As informações publicadas pelo MEF do Uruguai indicam que o Protocolo de Compras Públicas constitui um avanço essencial em nível regional em termos de padronização de processos e, sobretudo, de alinhamento conceitual no Mercosul, que não só concede acesso recíproco às compras das partes, mas também nos permite contar com uma base harmonizada no momento de comprar. Neste contexto, é necessário destacar que os acordos de compras resultam em transparência e disciplina no nível regulatório interno, gerando condições de eficiência nos gastos públicos, acrescenta o MEF do Uruguai. [Fonte:](#) Mercosul

Reoneração da folha de pagamento terá votação retomada na terça-feira. O Plenário do Senado dará continuidade na terça-feira (20), às 14h, à deliberação do projeto de lei que trata do regime de transição para o fim da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia. Na sessão de quinta-feira (15), o relator do [PL 1.847/2024](#), senador Jaques Wagner (PT-BA), apresentou seu substitutivo aos demais senadores. Na ocasião, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, acatou o pedido de seguir com a discussão da matéria na sessão deliberativa de terça. A matéria tem sido motivo de ampla negociação entre o Senado e o Executivo. Diante dos muitos destaques apresentados ao texto, Jaques Wagner disse que tentaria incorporar o que fosse possível para apresentar seu texto final esta semana. Duas emendas apresentadas até então já haviam sido rejeitadas pelo relator. [Fonte:](#) Agência Senado

STF julga na semana validade de contrato de trabalho intermitente. O Supremo Tribunal Federal (STF) pode retomar nesta semana o julgamento de três ações que discutem a validade do contrato intermitente, estabelecido pela reforma trabalhista de 2017. O caso é o terceiro item da pauta de quarta-feira, e também pode ser analisado no dia seguinte. O placar atual é de dois votos a dois. O relator é o ministro Edson Fachin, que em 2020 votou para declarar essa modalidade de trabalho inconstitucional, por avaliar que ela deixa o trabalhador em situação vulnerável. Os ministros Nunes Marques e Alexandre de Moraes divergiram. Em 2022, o julgamento foi retomado no plenário virtual com o voto da ministra Rosa Weber (hoje aposentada), acompanhando Fachin com ressalvas. André Mendonça pediu destaque, o que interrompeu a análise e a levou de forma ao plenário físico. As ações foram apresentadas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) e por federações dos empregados em postos de combustível (Fenepospetro) e de trabalhadores de empresas de telecomunicações (Fenattel). Instituído pela reforma trabalhista, o contrato de trabalho intermitente ocorre quando há uma alternância entre períodos de prestação de serviço e de inatividade — o funcionário pode, por exemplo, trabalhar somente em dias específicos. É preciso, contudo, ser estabelecido por contrato, inclusive com o valor da hora de trabalho, que não pode ser mais baixo do que uma hora do salário-mínimo [Fonte:](#) O Globo

IBGE: 164,5 milhões de brasileiros acessaram a Internet em 2023. O suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada na sexta-feira (16) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revela que 88% da população com 10 anos ou mais de idade acessaram a internet em 2023. Isso significa 164,5 milhões de pessoas. Em 2019, a proporção era 79,5%, e em 2016, 66,1%. A pesquisa leva em consideração qualquer tipo de acesso, seja no domicílio ou fora dele. Entre as pessoas com mais de 60 anos, a proporção de quem usava a internet em 2023 ficou em 66% (22,5 milhões), a menor entre todas as faixas etárias. No entanto, esse grupo é o que mais cresce, proporcionalmente, desde 2019, quando menos da metade (44,8%) desse público tinha contato com a internet. A expansão foi de 21,2 pontos percentuais. Em 2016, menos de um em cada quatro (24,7%) idosos acessava a rede. De acordo com o analista da pesquisa, Gustavo Geaquinto Fontes, o crescimento do uso internet entre idosos impressiona. “No período curto de 2019 a 2023, houve aumento muito grande. Isso pode estar relacionado com a disseminação do uso da internet no cotidiano da sociedade e facilitação do acesso à internet por vários meios.” [Fonte:](#) Abranet

Cripto Conforme': governo vai aumentar controle de transações com moedas digitais. O governo pretende lançar ainda neste ano um programa para aumentar o controle sobre a comercialização de criptomoedas, como o Bitcoin, no país. A iniciativa é inspirada na regulamentação de importações vendidas por plataformas de comércio eletrônico por meio do Remessa Conforme. Lançado no ano passado, o programa, que chegou a isentar de taxa de importação produtos de até US\$ 50 declarados, é considerado bem-sucedido pela equipe econômica e, por isso, serve de referência para investidas similares nos próximos meses. No caso das criptomoedas, ao contrário do cerco às compras de importados pela internet, o que será uma espécie de “Cripto Conforme” não deve contar com redução de impostos para exchanges, como são chamadas as corretoras de criptomoedas. A arrecadação é um dos alvos das regras que estão em discussão

internamente no governo e com atores ligados ao setor. O principal foco é aumentar a visibilidade da Receita sobre as transações com criptoativos que ocorrem no país, por meio da prestação de informações pelas plataformas, até para avaliar se os impostos devidos estão sendo pagos corretamente. A declaração já é obrigatória, mas o Fisco considera que a exigência não tem sido cumprida por algumas empresas do ramo, particularmente as que não têm registro no país. [Fonte](#): O Globo

Deputados querem votar PL que trata da aplicação de multas no âmbito do Código de Defesa do Consumidor. A Frente Parlamentar do Comércio, Serviços e Empreendedorismo (FCS), que reúne 207 congressistas, definiu como prioridade para este semestre a votação na Câmara de um projeto de lei que trata da aplicação de multas no âmbito do Código de Defesa do Consumidor. O projeto está pronto para ser votado no plenário da Casa. Ele foi apresentado originalmente em 2021, pelo então deputado federal Marco Bertaiolli (PSD-SP), e teve o regime de urgência aprovado pelos deputados. A proposta prevê que multas sejam aplicadas sobre o faturamento individual da unidade de negócio que cometeu a infração, e não com base no faturamento de todo o grupo econômico. Além disso, o texto pretende impedir a autuação dos estabelecimentos na primeira visita da fiscalização. Membros da diretoria da frente deverão procurar o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), para pedir que a matéria seja incluída na pauta de votações da Casa até setembro. [Fonte](#): Folha de S. Paulo

Uso de internet no país cresce mais entre idosos, mostra IBGE. A probabilidade de esta reportagem estar sendo lida em um celular é muito grande, uma vez que 98,8% dos brasileiros com 10 anos ou mais de idade acessam a rede por meio do telefone. Esse dado e outras constatações, como o aumento da população idosa em contato com a internet, fazem parte de um suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, divulgada na sexta-feira (16) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O levantamento – que traz também uma radiografia do uso da televisão pelos brasileiros – mostra que 88% da população com 10 anos ou mais de idade acessaram a internet em 2023. São 164,5 milhões de pessoas. Em 2019, a proporção era 79,5%, e em 2016, 66,1%. A pesquisa leva em consideração qualquer tipo de acesso, seja no domicílio ou fora dele. [Fonte](#): Tiinside

Brasil ganha destaque em geração de empregos de IA, big data e nuvem. Relatório da GlobalData admite que houve demissões notáveis na TI, mas diz que IA generativa impulsiona busca por especialistas no mundo. O Brasil ganhou destaque no relatório do trabalho global do segundo trimestre de 2024, divulgado pela GlobalData. Isso porque o país, junto com Índia e China, registrou uma tendência de ofertas de emprego entre abril e junho. Nuvem, inteligência artificial (IA), big data, segurança cibernética e comércio eletrônico são impulsionadores de contratações, mas Inteligência Artificial Generativa ganhou prioridade, revela o Job Analytics Database da GlobalData, uma empresa líder em dados e análise. “As empresas procuraram pessoas com experiência em plataformas de hardware de ML, soluções de IA, testes de robótica inteligente e recursos de IA. A GenAI registrou um aumento significativo na procura de talentos desde abril de 2023. A GenAI tem lugar em aplicações para produtos e serviços da próxima geração em todos os setores”, afirma o analista de negócios da GlobalData, Sherla Sriprada. [Fonte](#): Convergência Digital

Programa Hackers do Bem realiza workshop sobre formação em cibersegurança em Brasília. O programa Hackers do Bem, iniciativa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), em parceria com a Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro (Softex), a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de São Paulo (SENAI-SP), realizou seu segundo Workshop sobre formação em cibersegurança, nos dias 13 e 14 de agosto, em Brasília. Reunindo diversos atores do ecossistema de cibersegurança, o evento teve como intuito discutir o ensino de cibersegurança no nível superior e mapear as lacunas e oportunidades para o desenvolvimento de novas ações estratégicas. Participaram representantes de órgãos públicos, empresas, startups, associações e instituições de ensino, como o MCTI, Ministério da Educação (MEC), Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Comitê Gestor da Internet do Brasil (CGI.br), Sociedade Brasileira de Computação (SBC), o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPQD), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), a Universidade de Brasília (UnB), a Fundação Getúlio Vargas (FGV), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal Fluminense (UFF), Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), Federação das Associações das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação (Assespro),

a Faculdade de Informática e Administração Paulista (FIAP), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), PUC-PR, Google, CISCO, LENOVO, AWS, Rustcon, entre outras. [Fonte:](#) RNP

Encontro vai abordar aspectos da rede blockchain no Brasil. Na quinta-feira (22/8), o Tribunal de Contas da União (TCU), em parceria com a Rede Blockchain Brasil (RBB), realiza o encontro on-line "Rede Blockchain Brasil: Integridade, Segurança e Inovação de Interesse Público". A transmissão será ao vivo pelo canal do TCU no YouTube, das 9h às 12h, e marca nova fase para a RBB, que está em transição da etapa de laboratório para um piloto de infraestrutura robusta e colaborativa voltada para aplicações de interesse público. A Rede Blockchain Brasil, desenvolvida ao longo dos últimos dois anos, está pronta para transformar diversas áreas por meio de aplicações inovadoras, promovendo transparência e eficiência em processos de interesse público. O webinar constitui oportunidade para quem deseja entender mais sobre as possibilidades que a tecnologia blockchain pode oferecer, além de se conectar com profissionais e entusiastas que estão na vanguarda da transformação digital. [Fonte:](#) ASCOM TCU